

## Espertezas da esquerda fascista

ENQUANTO a Comissão designada pelo Presidente da Constituinte para tratar do tema das Comunicações e da Radiodifusão cumpria sua missão, debatendo até a madrugada de segunda-feira os temas que lhe foram atribuídos, na Comissão de Organização dos Poderes, e ao mesmo tempo, sem que se saiba por responsabilidade de quem, foi introduzido, ao apagar das luzes, um parágrafo, atribuindo ao Congresso Nacional a exclusividade de conceder e renovar a concessão de canais para emissoras de rádio e televisão. Não figurando no substitutivo apresentado pelo relator, nem no anteprojeto aprovado na Subcomissão relatada pelo Constituinte José Richa — cujo anteprojeto, por sério e organizado, não atribuía funções executivas ao Poder Legislativo — o dispositivo passou despercebido e foi votado de cambulhada pela maioria cansada e de boafé; só foi descoberto no dia seguinte quando publicado o anteprojeto. O relator, verdadeiro responsável, indagado sobre a paternidade do engodo, limitou-se a sorrir, juntamente com outros constituintes satisfeitos com a manobra, sigilosa e disfarçada.

SEM DÚVIDA alguma, seja quem for o autor da esperteza, teve a cumplicidade do relator da Comissão apropriada, que não incluiu em seu substitutivo (por esta razão, entre outras, derrotado duas vezes) disposição alguma sobre o poder concedente em matéria de radiodifusão.

NÃO SE trata aqui de examinar o mérito do dispositivo que nos parece contraditório num regime presidencialista e redundante num parlamentarista onde Executivo e Legislativo confundem-se em suas funções. Na melhor das hipóteses, os constituintes estarão arranjan-

do sarnas para se coçar, ao mesmo tempo que se excluem da possibilidade de serem, eles próprios, concessionários (até mesmo parentes do segundo grau?) pois que seria escandaloso concederem concessão em benefício próprio. Não é matéria grave. Grave são os métodos, a prática de truques, a falta de seriedade na tramitação da Constituição por parte de certos constituintes. Trata-se, isto sim, de denunciar os truques e os risinhos daqueles que, por constituírem minoria desprezível, imaginam poder moldar o futuro do Brasil através de espertezas e de golpes.

A ESQUERDA FASCISTA, arancando e desligando microfones de seus adversários e colocando arruaceiros para intimidar e ofender parlamentares; à esquerda golpista pactuando acordos para aprovar suas teses e depois obstruir as da outra parte do acordo, junta-se, agora, a esquerda esperta, a que escamoteia conceitos e parágrafos ao julgamento e conhecimento de seus pares para incluí-los às escondidas, furtando-os à discussão e ao debate.

É PRECISO que os espíritos corretos desautorizem estes relatores que só evitaram derrotas quando puderam puxar cartas marcadas do fundo falso de seus relatórios, posto que o silêncio tacitamente aprova os métodos a que recorreram e compactua com a falta de seriedade e o risinho à socapa.

É PRECISO que estes falsos espertos saibam que seus truques e espertezas não passaram despercebidos, assim como é necessário que os constituintes sérios e honrados armem-se contra este tipo de comportamento que, em matérias mais decisivas, poderia comprometer o texto constitucional.

# 'Grupo dos oito' entrega na terça anteprojeto de apenas 300 artigos

Foto de Gilberto Alves



Bevilacqua, Konder, Oliveira e Vivaldo, quatro do "grupo dos oito", discutem o anteprojeto

BRASÍLIA — Os oito relatores de campo, encarregados pelo Relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), de compatibilizar as propostas aprovadas pelas Comissões temáticas, pretendem encerrar o trabalho na terça-feira, condensando num máximo de 300 artigos — divididos em cinco capítulos — o primeiro anteprojeto da nova Constituição. As propostas originárias das oito Comissões estão atualmente agrupadas em mais de 500 artigos, distribuídos em 17 capítulos. O Deputado Joaquim Bevilacqua (PTB-SP), um dos membros do grupo, define o trabalho:

— Este será o primeiro movimento no sentido de enxugar o texto constitucional. Apesar de nesta fase não ser permitido ao Relator entrar no mérito das propostas, o trabalho de adequar as matérias conflitantes ou coincidentes já vai proporcionar um texto preliminar mais conciso.

Segundo outro relator de campo, o Deputado Adolpho Oliveira (PL-RJ), quem vai mesmo promover o enxugamento do texto, para tornar a nova Carta um instrumento duradouro, será o plenário. Oliveira prevê a apresentação de milhares de emendas supressivas com as quais os constituintes procurarão retirar do anteprojeto as propostas mais adequadas à legislação ordinária do que propriamente ao texto constitu-

cional.

Como exemplo, Adolpho Oliveira citou o disposto no artigo 26, da Ordem Econômica, que desobriga do pagamento da tarifa de transportes coletivos de passageiros suburbanos os cidadãos com idade superior a 65 anos. Este é um artigo próprio de lei municipal. Da mesma forma, o artigo sexto, parágrafo segundo, que isenta as pequenas e micro-empresas de impostos em qualquer nível.

No trabalho de compatibilizar as propostas, os relatores de campo encontraram diversos pontos conflitantes entre os projetos das Comissões da Ordem Econômica e do Sistema Tributário. A micro-empresa, por exemplo, fica resguardada, pela proposta da Ordem Econômica, das normas federais, estaduais ou municipais para assuntos de natureza tributária, comercial ou administrativa. Já no relatório do Sistema Tri-

butário, os benefícios e as exceções às micro serão estabelecidos por lei ordinária. A tendência dos relatores é manter a segunda opção.

Quanto à intervenção do Estado na Economia, também há conflito: A Comissão da Ordem Econômica limita quase que absolutamente o papel do Estado na economia. Mas o relatório aprovado pela Comissão do Sistema Tributário remete à legislação ordinária os casos passíveis de intervenção do Estado. A política do grupo, neste caso, é explicada por Joaquim Bevilacqua:

— Neste caso, não se pode tornar axioma constitucional posições radicais. Não se pode ser contra a intervenção do Estado ou a favor. Tudo é muito subjetivo e depende das circunstâncias e interesses. O pressuposto é que a iniciativa privada gere melhor. Mas há setores onde o Estado ainda desempenha um papel fundamental.

## PFL vai discutir pontos polêmicos com a bancada

BRASÍLIA — O Líder em exercício do PFL, Deputado Inocêncio de Oliveira (PE), disse ontem que vai reunir na próxima quarta-feira todos os vice-líderes do Partido na Câmara e na Constituinte para discutir os pontos polêmicos que foram aprovados nas comissões e serão consolidados num anteprojeto preparado pela Comissão de Sistematização. Inocêncio fez um apelo aos pefelistas para que se mantenham unidos em torno do programa partidário.

Na segunda-feira começa a ser distribuído aos parlamentares do PFL um questionário para saber qual a posição de cada um deles com relação a temas como reforma agrária, mandato presidencial, etc. Com base nas respostas — que espera receber até sexta-feira —, de acordo com Inocêncio, a Liderança fará uma reunião com a bancada.

Inocêncio informou também que, provavelmente no próximo dia 29, os

integrantes da Comissão de Assessoramento Externo, criada esta semana no PFL, estarão em Brasília para fazer uma avaliação do anteprojeto do Relator da Comissão de Sistematização, Deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM). Mário Henrique Simonsen, Roberto Magalhães, Josaphat Marinho e Manoel Gonçalves Ferreira Filho — integrantes da Comissão — vão dizer ao PFL o que ele deve defender ou combater no anteprojeto, segundo o Líder em exercício.